

A

Sra. Fregoeira da Universidade Federal de Jataí

Ref: PE nº 19/2023

**Assunto: Ocorrências no SICAF - Impedimento de Licitar e Contratar.**

A **SOLUTION SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.399.472/0001-61, com sede na QR 408 Conjunto 16 Lote 01 Sala 203, Samambaia Norte, Brasília/DF, representada neste ato por seu representante legal o Sr. Edmar Prado Anchieta da Silva, brasileiro, casado, Empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.991.572 SSP/DF e CPF nº 703.252.191-68, vem respeitosamente:

Em resposta ao Pedido de Diligências;

A ocorrência impeditiva foi a penalidade: Impedimento de licitar e contratar aplicada pelo órgão 120625 - GRUPAMENTO DE APOIO DO DF à Empresa 32.428.510/0001-50 - HOUSE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, de 20 de setembro de 2023 a 20 de setembro de 2024.

Aludidos o exposto, vamos a análise do motivo da Ocorrência Impeditiva **INDIRETA**;

Ora estimada comissão, o próprio relatório é chamado de: Relatório de **Prováveis** Ocorrências Impeditivas **Indiretas** do Fornecedor.

Diante da inexistência de Instrução Normativa específica, o tema encontra respaldo na Instrução Normativa MPOG nº 03/2018, designadamente em dois dispositivos, a saber:

***"Procedimento para habilitação de fornecedor***

*[...]*

*Art. 29. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor deverá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.*

*§ 1º. A tentativa de burla pode ser verificada por meio dos vínculos societários, linhas de*

*fornecimento similares, dentre outros.*

*§ 2º. É necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.*

*§ 3º. O disposto neste artigo deve ser observado quando da emissão de nota de empenho, contratação e pagamento, previstos nos arts. 28 e 29.*

### ***Emissão de nota de empenho, contratação e pagamento***

*Art. 30. Previamente à emissão de nota de empenho, à contratação e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29.*

*Parágrafo único. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no Sicaf, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação."*

Desafortunadamente, a sobredita Instrução Normativa, que estabelece o regramento geral do funcionamento do Sicaf, não disciplina as hipóteses, os efeitos, o procedimento e inúmeras outras indagações pertinentes acerca do Registro de *Provável Ocorrência Impeditiva Indireta*.

Para suprir, minimamente, essa insuficiência normativa, consta do Portal de Compras Eletrônico do Governo Federal em sede de Respostas a Perguntas Frequentes [\[1\]](#):

### ***"27 – O que são as 'Ocorrências Impeditivas Indiretas' registradas no Sicaf?***

*As ocorrências impeditivas indiretas registradas no Sicaf são resultado de cruzamento de informações, sobre o quadro societário das empresas que visa evitar possível tentativa de burla à penalidade de declaração de inidoneidade, impedimento de contratar ou licitar com a Administração Pública ou suspensão temporária de licitar com a Administração, por meio da utilização de outra sociedade empresarial, pertencente aos mesmos sócios ou cônjuges de sócios e que atue na mesma área, em atendimento a recomendações do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2.115/2015).*

### ***28 – É possível retirar o alerta de ocorrência impeditiva?***

*O alerta só deixa de aparecer quando o prazo das ocorrências do fornecedor vinculado*

---

*terminar, ainda que não tenha mais vínculo societário com a empresa.*

**29 – A ocorrência impeditiva é causa de restrição a participação em licitações?**

*Somente o alerta de ocorrências indiretas não tem o condão por si só de impedir a participação em licitações, devendo o pregoeiro analisar caso a caso e garantir ao fornecedor o direito de defesa para comprovação de que não há fraude.*

*[...]*

**31 – Para a emissão de nota de empenho e contratação deverá ser realizada consulta ao Sicaf?**

*Sim. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração realizará consulta ao Sicaf para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público, bem como se há ocorrências indiretas. A administração também realizará consulta ao Sicaf a cada pagamento a fornecedor, a fim de verificar a manutenção das condições de habilitação."*

Nessa senda, o registro no Sicaf de *Provável Ocorrência Impeditiva Indireta* deve ser interpretado como um alerta, "*o que exigirá da equipe de licitação a realização de diligências para investigar se a constituição da pessoa jurídica teve como objetivo burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa com quadro societário comum*" (TCU - Acórdão 2914/2019-Plenário; Processo nº 013.390/2017-1; relator: ministro Benjamin Zymler; Sessão de 4/12/2019).

Na fase de execução contratual, o registro de *Provável Ocorrência Impeditiva Indireta* não deve justificar a suspensão de pagamento por serviços prestados bem como rescisão contratual ou não renovação, atestados e empenhados, conforme exegese do artigo 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, cuja essência normativa foi reproduzida no artigo 149 da Lei nº 14.133/2021, que veda o enriquecimento sem causa por parte da Administração.

PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS PARA APLICAÇÃO DO "IMPEDIMENTO INDIRETO" NO ÂMBITO DA PRÓPRIA LICITAÇÃO

A intenção de fraudar à licitação, segundo o TCU e o STJ, é presumida quando uma empresa impedida de licitar e contratar com a União se reveste de outra, com a finalidade de retomar contratações com a Administração.

Na esteira da jurisprudência mencionada, quatro características fundamentais permitem configurar a ocorrência de abuso da personalidade jurídica neste caso:

- a) a completa identidade dos sócios-proprietários;
- b) a atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) a transferência integral do acervo técnico e humano;
- d) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade.(Grifei)

Ademais, outras circunstâncias podem robustecer o conjunto de indícios do abuso de personalidade jurídica, como:

- identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- identidade de telefones, e-mails e demais informações de contatos;
- existência de um mesmo representante/procurador/preposto entre as sociedades. (grifei)

Quanto à possibilidade de realização da desconsideração da personalidade jurídica e, consequentemente, a exclusão de licitante do certame, note-se que o TCU possui entendimento consolidado no sentido de que indícios vários e concordantes são aptos a evidenciar a prática de fraude à licitação, sendo, portanto, possível caracterizar a burla com base em conjunto de indícios

Como é possível observar, a possível fraude pode ser facilmente identificada quando uma Empresa é impedida de licitar e em seguida é aberta nova Empresa com sócios em comum para burlar o sistema de compras.

Tal situação não ocorreu!

A Empresa **SOLUTION SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI-EPP**, foi fundada em 11/01/2013 tendo por sócios EDMAR PRADO ANCHIETA DA SILVA E JOSEILSON CORREIA DE QUEIROZ.

Em 30/01/2014 foi registrado 1ª alteração contratual da Empresa, retirando TOTALMENTE o sócio JOSEILSON CORREIA DE QUEIROZ da Empresa SOLUTION SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI-EPP. Ou seja, há quase 10 anos este sócio não possui NENHUM vínculo com a Empresa Solution.

Em 08/01/2019 JOSEILSON CORREIA DE QUEIROZ abriu a Empresa 32.428.510/0001-50 - HOUSE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, que possui objeto, endereços e sócios totalmente divergentes da Solution.

Em seguida a Empresa HOUSE sofreu penalidade com o impedimento de licitar aplicado pelo 120625 - GRUPAMENTO DE APOIO DO DF no período de 20/09/2023 a 20/09/2024.

Ou seja, pode ser constatado facilmente que além de não haver nenhum vínculo entre as duas Empresas pois não possuem sócios em comum e sim um sócio que saiu da sociedade há quase 10 anos, o ramo de atuação da empresa se diverge da Solution.

Cumpramos ressaltar que o SICAF é um sistema automatizado que cruza informações, e neste caso apresenta **POSSÍVEIS FRAUDES** para o servidor a respeito das Empresas.

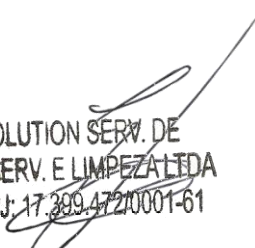
Não é uma penalidade já aplicada pois toda penalidade cabe contraditório e ampla defesa, o que deve ter ocorrido inclusive com a Empresa House antes de ser penalizada no direito de licitar.

Mediante o exposto, ressaltamos não ter nenhum vínculo direto ou indireto com a Empresa HOUSE.

Nestes Termos;

Subscrevemo-nos

**Brasília-DF, 21 de Dezembro de 2023**



SOLUTION SERV. DE  
CONSERV. E LIMPEZA LTDA  
CNPJ: 17.399.472/0001-61

**Edmar Prado Anchieta da Silva**  
**Proprietário Individual**  
**CPF 703.252.191-68**